



CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE/PB

DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)

I
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas de seu quadro de pessoal e formação de cadastro reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01, DE 19 DE JUNHO DE 2023**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
453000344	Ana Larissa Araújo De Amorim	Assistente Administrativo
453002890	Antonio Aleffy Da Costa Oliveira	Assistente Administrativo
453001867	Artur Freitas Wanderley De Siqueira	Assistente Administrativo
453002446	Catarina Barros Silva	Assistente Administrativo
453001689	Érico Veríssimo Da Silva	Assistente Administrativo
453001590	Eveline Pereira Sousa Generoso	Assistente Administrativo
453001293	Felipe Augusto Santos	Assistente Administrativo
453000610	Fredes Eduardo Passos	Assistente Administrativo
453002060	Gabrielle Ingrid Bizerra Florentino	Assistente Administrativo
453002483	Irla Antonia Pereira De Oliveira Areal	Assistente Administrativo
453001758	Jackceline Dias Pacheco Barbosa	Assistente Administrativo
453000513	Joyce Kelly Costa Silva	Assistente Administrativo
453002418	Juliana Karla Silveira Nery De Lima	Assistente Administrativo
453002261	Larissa Gomes De Lima	Assistente Administrativo
453000927	Leyde Dayana Athayde Silva De Lyra	Assistente Administrativo
453002780	Mariana Dantas Alves	Assistente Administrativo
453001586	Mauricio Generoso De Oliveira Neto	Assistente Administrativo
453000080	Monica Ferreira Dos Santos	Assistente Administrativo
453002701	Nayara Cândida Romualdo De Oliveira	Assistente Administrativo
453002701	Nayara Cândida Romualdo De Oliveira	Assistente Administrativo
453001029	Raonil Ribeiro De Oliveira	Assistente Administrativo
453002399	Rayssa Caroline Ribeiro De Araújo	Assistente Administrativo
453002292	Renato David Ribeiro Coutinho	Assistente Administrativo
453001919	Ronaldo Ferraz De Moraes	Assistente Administrativo

453002540	Roosevelt Da Silva Camilo	Assistente Administrativo
453002373	Tayná Dos Santos França	Assistente Administrativo
453001997	Thiago Rodrigues Alexandria Leite	Assistente Administrativo
453000074	Túlio José Rocha De Vargas	Assistente Administrativo
453003030	Andre De Vasconcelos	Assistente Jurídico
453002983	Arthur Ivys Gabriel Cardoso Da Silva	Assistente Jurídico
453002136	Bruno Alencar De Menezes	Assistente Jurídico
453001422	Carlos Kessle Ferreira Brilhante	Assistente Jurídico
453002763	Danniel Temoteo Delgado	Assistente Jurídico
453003005	Davi Laureano Martins	Assistente Jurídico
453003017	Diego De Sousa Alves	Assistente Jurídico
453000314	Felipe Costa Barreto	Assistente Jurídico
453003015	Jamerson Gabriel Pinho Souza	Assistente Jurídico
453000985	Luiz Felipe Pereira Galdino	Assistente Jurídico
453003004	Marília Queiroz De Medeiros	Assistente Jurídico
453001528	Matheus Augusto Souza Epaminondas De Almeida	Assistente Jurídico
453001085	Matheus Ribeiro Barreto Dias	Assistente Jurídico
453002545	Miguel Henriques Duarte Vieira	Assistente Jurídico
453002489	Yoseph Emanuel Dos Santos Vaz	Assistente Jurídico
453002622	Armando Silva Antinho	Fiscal
453001933	Éder Ferreira De Menezes	Fiscal
453001302	Felipe Augusto Santos	Fiscal
453002803	Hormando Damasio Dos Santos	Fiscal
453001545	Janeide De Farias Sousa	Fiscal
453002526	Moisés Maksdalone Martins De Araújo	Fiscal
453002700	Osmar Lucas Dias Aires	Fiscal
453001668	Thiago Sarmento De Sousa	Fiscal

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Assistente Administrativo

BRANCA	VERDE
01	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A crônica argumentativa é um texto que busca expressar um ponto de vista reflexivo a respeito de alguma temática do cotidiano, evidenciando um ponto de vista, sem, no entanto, ter o intuito definitivo de convencer o leitor, e sim de expressar sua opinião e provocar possíveis reflexões. As temáticas que inspiram as crônicas argumentativas são os acontecimentos e elementos do cotidiano, experiências simples e comuns que são vividas por muitos, mas observadas por poucos. Assim, o cronista busca expor o tema e também interpretações inovadoras sobre ele. A diferença da crônica argumentativa é justamente a evidência de um ponto de vista de modo não usual, pois não se restringe à argumentação lógica com comprovação de fatos, tampouco objetiva provar a verdade, mas abrange a hibridéz do gênero crônica, permitindo a integração de elementos dramáticos, irônicos, poéticos e outros que caibam ao texto. Dessa forma,

podemos afirmar que no texto prevalece uma pretensão de reflexionar, juntamente com o leitor, sobre o “grande mistério”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
06	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A comparação é uma figura de linguagem usada para relacionar dois ou mais elementos com base em seus aspectos semelhantes. Essa relação é feita de maneira explícita no discurso, usando palavras que marcam a comparação feita. Difere-se da metáfora, que é uma comparação feita de maneira implícita.

Fonte:

- FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. Escrever na Universidade: Texto e Discurso. Unidade 8: Garantindo a Coesão. São Paulo: Editora Parábola, 2019. 216p.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Morfologia é o estudo da estrutura e formação das palavras e da classe gramatical (é classificar uma palavra em adjetivo, advérbio, conjunção, artigo, preposição, pronome, interjeição, substantivo ou conjunção); a morfologia analisa o termo isoladamente, ou seja, fora da oração. O termo em destaque em “Há dias já que buscavam uma explicação para os odores esquisitos que vinham da sala de visitas” se refere a um adjetivo; ou seja, é uma palavra que caracteriza um substantivo, conferindo-lhe uma qualidade, característica, aspecto ou estado. São termos destacados que exercem esta mesma função morfológica: misterioso (caracteriza o substantivo “odor”); enjoativo (caracteriza o substantivo “cheiro”); e, francês (caracteriza o substantivo “perfume”). No entanto, o termo “sofregamente” trata-se de um advérbio de modo que significa: de modo sôfrego; em que há sofreguidão.

Fonte:

- FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. Escrever na Universidade: Texto e Discurso. Unidade 8: Garantindo a Coesão. São Paulo: Editora Parábola, 2019. 216p.

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Levando em consideração o trecho “Talvez alguém não gostasse de camarão e, por cerimônia, embora isso não se use, jogasse a sua porção debaixo da mesa”, o advérbio de dúvida “talvez” tem função incerta, que não é estável ou segura. A conjunção “embora” exerce função concessiva; indica uma oração em que se admite um fato contrário à ação principal.

Fonte:

- FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. Escrever na Universidade: Texto e Discurso. Unidade 8: Garantindo a Coesão. São Paulo: Editora Parábola, 2019. 216p.

BRANCA	VERDE
10	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Até a segunda edição deste Manual, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício. Em relação ao endereçamento, o pronome de tratamento em comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma: “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”. Quando o tratamento destinado ao receptor for Vossa Senhoria, o endereçamento a ser empregado é “Ao Senhor” ou “À Senhora”. Ressalte-se que não se utiliza a expressão “A Sua Senhoria o Senhor” ou “A Sua Senhoria a Senhora”.

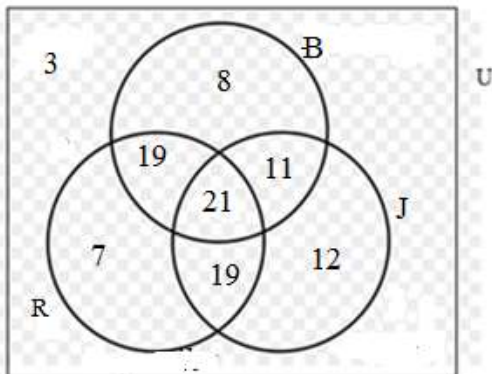
Fonte:

- Manual de Redação da Presidência da República.

BRANCA	VERDE
13	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resolução da questão pode ser feita representando o resultado da pesquisa em um diagrama de Venn (ferramenta auxiliadora muito utilizada na resolução de problemas envolvendo a teoria dos conjuntos) e verificar a quantidade de pessoas que não gostam de nenhum gênero musical. A primeira representação no diagrama de Venn é a interseção dos três conjuntos (21 gostam de *blues* - B, *jazz* - J e *rock* - R). A partir desta interseção, completar as interseções *blues* e *jazz*, *blues* e *rock*, *jazz* e *rock*. As partes do diagrama que restarem para completar, referem-se às quantidades de pessoas que gostam somente de *blues*, somente de *jazz* e somente de *rock*. Assim procedendo, tem-se a representação abaixo, onde U é o conjunto universo das pessoas que participaram da pesquisa, ou seja, 100 pessoas.



Conforme a representação no diagrama, 3 pessoas não gostam de nenhum gênero musical. Isto matematicamente: $(8 + 11 + 21 + 19) + (12 + 19) + 7 + n = 100$, onde n é o número de pessoas que não gostam de nenhum dos gêneros musicais. Então, $n = 3$.

Conclui-se que a probabilidade (P) de, ao apontar ao acaso, uma dessas pessoas não gostar de nenhum dos gêneros musicais (blues, jazz e rock) é

$$P = \frac{3}{100} = 3\%$$

Fonte:

- DA SILVA, S. M.; DA SILVA, E. M.; DA SILVA, E. M. **Matemática para os cursos de economia, administração e ciências contábeis**. 5ed. São Paulo: Atlas, 1999. 309p.
- IEZZI, G.; HAZZAN, S. **Fundamentos de matemática elementar: conjuntos e funções**. 9 ed. São Paulo: Atual, 2013. 410p.

BRANCA	VERDE
14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resolução da Questão requer o conhecimento de potenciação, radiciação e equações. Estes assuntos matemáticos encontram-se no item 1 (Operações, propriedades e aplicações (soma, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação)) e no item 7 (Equações) do Conteúdo Programático (Raciocínio Lógico-Matemático) do edital “Concurso Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado da Paraíba – CORE/PB/2023.”, para o cargo de Assistente Administrativo.

Fonte:

- IEZZI, G.; HAZZAN, S. **Fundamentos de matemática elementar: conjuntos e funções**. 9 ed. São Paulo: Atual, 2013. 410p.

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resolução da Questão requer o conhecimento de arranjo (Análise Combinatória ou Combinações) e pode ser resolvida utilizando a expressão matemática $A_{n,p} = \frac{n!}{(n-p)!}$. O enunciado informa que são 5 catálogos diferentes da peça X e 5 catálogos diferentes da peça Y.

Assim fazendo, temos para os três primeiros catálogos sendo da peça X e dois últimos catálogos sendo da peça Y:

$$(A_{5X,3}) \times (A_{5Y,2}) = \frac{5!}{(5-3)!} \times \frac{5!}{(5-2)!}$$

$$(A_{5X,3}) \times (A_{5Y,2}) = 60 \times 20 = 1\ 200$$

Mas os três últimos catálogos podem ser da peça X e dois primeiros catálogos serem da peça Y. Então, para esta nova disposição tem-se mais 1 200 maneiras diferentes de dispor os catálogos.

Portanto, a alternativa que mostra a quantidade de maneiras diferentes que o colaborador, dessa empresa de peças automotivas, pode fazer o que pretende, de modo que os catálogos da mesma peça fiquem juntos é $(1\ 200 + 1\ 200) = 2\ 400$ maneiras.

O gabarito está correto: Alternativa C.

Fonte:

- IEZZI, G.; HAZZAN, S. **Fundamentos de matemática elementar: combinatória e probabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atual, 2013. 410p.

BRANCA	VERDE
17	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão ao recurso interposto pois a alternativa em questão foi categórica ao afirmar que a seguridade social será financiada pela União, o que contradiz o texto constitucional **que aduz de forma clara que a Seguridade Social será financiada por toda sociedade**, de forma direta e indireta. O Art. 195 da Constituição Federal, não estabelece limite físico-financeiro às fontes do orçamento da Seguridade, pelo que se lê explicitamente no seu caput; mas tão somente o princípio da exclusividade das fontes baseadas em contribuições. Isto significa que, caso ocorra insuficiência de recursos oriundos destas contribuições para atendimento aos direitos sociais explicitamente estabelecidos, **cumpriria à União o dever fiscal de realizar transferência de recursos** – do orçamento fiscal para o orçamento da Seguridade. Portanto a alternativa está incorreta.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRANCA	VERDE
18	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão ao recurso interposto, vez que a questão foi confeccionada nos moldes do Art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRANCA	VERDE
23	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não merecem prosperar, uma vez que a situação hipotética ilustrada na questão reproduz uma das possibilidades de dispensa de licitação e não de inexigibilidade, a saber:

Art. 75. É dispensável a licitação: (...) IV - para contratação que tenha por objeto: (...) m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

Ressalta-se que a ausência da expressão “exclusivamente” no corpo do enunciado não descaracteriza o entendimento da questão, uma vez que a dispensa ocorre justamente por se tratar de remédios que tratam de doenças raras, conforme exposto, ou seja, a aquisição de remédios que tratam doenças de comum recorrência, não gozam da prerrogativa de dispensa.

Fonte:

- Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações.

BRANCA	VERDE
25	23

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O teor do recurso apresentado não guarda relação com a questão em comento, razão pela qual, resta prejudicada a análise do recurso.

BRANCA	VERDE
26	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em voga aponta empresa visando definir a estrutura organizacional que melhor a atenderia tendo sido apresentado os critérios. Dentre as alternativas apresentadas, verifica-se que a estrutura organizacional que atende os critérios definidos pela empresa é a estrutura organizacional **funcional**: (A) **agrupar atividades por função ou especialização** – a *estrutura funcional* enfatiza as funções ou especialização como fatores de agrupamento das atividades, sendo cada especialização ou função é uma área de responsabilidade, onde os membros compartilham os conhecimentos e habilidades similares, como por exemplo: marketing, logística, manufatura, engenharia, etc.; (B) **facilitar a coordenação e o compartilhamento de recursos entre diferentes áreas** - a *estrutura funcional* facilita a autonomia das áreas e o compartilhamento de informações, simplificação nos mecanismos e comunicação com outras áreas, com as quais deve estar sempre em contato; (C) **garantir a inexistência de unidade de comando com**

subordinação aos diferentes chefes, conforme a área de atuação - na *estrutura funcional* não há uma unidade de comando central, cada membro reporta-se a diferentes superiores simultaneamente somente nos assuntos de sua especialidade, as decisões são delegadas aos setores ou cargos especializados, não ocorrendo por hierarquia mas por especialização (CHIAVENATO, 2014; OLIVEIRA, 2013).

Já na estrutura organizacional matricial as atividades são agrupadas em duas dimensões (função e produto; função e mercado; etc.); há compartilhamento de recursos e comunicação com facilidade entre as áreas superiores; possui a formação de uma matriz de gerenciamento, os membros reportam-se a dois superiores: o gestor funcional, que é permanente e que se baseia na subordinação; e, o gestor de cada projeto, que é temporário e coordena cada projeto com base na especialização (CHIAVENATO, 2000; VASCONCELOS, HEMESLEY, 2002).

Ressalta-se ainda que vantagens e desvantagens são inerentes a todos os tipos de estruturas organizacionais, não havendo nenhuma perfeitamente adequada.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fonte:

- CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. 9.ed.; Barueri: Editora Manole, 2014.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas, organização e métodos**: uma abordagem gerencial. 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.
- VASCONCELOS, E.; HEMESLEY, J. R. **Estrutura das organizações** – estruturas tradicionais, estruturas para inovação e estrutura matricial. São Paulo: Pioneira, 2002.

BRANCA	VERDE
27	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta uma situação onde um profissional é questionado sobre um erro cometido anteriormente, e dentre as alternativas apresentadas sobre seu comportamento, a que atende ao solicitado é **postura profissional**. (A) **assume a responsabilidade pelo equívoco** - humildade, responsabilidade; (B) **apresenta as medidas corretivas tomadas** – proatividade; (C) **demonstra comprometimento para evitar falhas no futuro** - busca de aperfeiçoamento, comprometimento. A postura profissional está relacionada para além das tarefas a serem desempenhadas, engloba um conjunto de traços individuais e comportamentos aplicados no contexto de trabalho com elementos como: comportamento proativa, ética no trabalho, responsabilidade, adaptabilidade, colaboração em equipe, pontualidade, comprometimento, gerenciamento emocional, comunicação, relações interpessoais saudáveis, capacidade de lidar com frustrações, humildade e busca de aprendizagem (FA, 2006; ZARIFIAN, 2012).

O Desenvolvimento Pessoal está relacionado ao processo de amadurecimento de várias áreas: autoconhecimento, capacidades e aptidões pessoais, qualidades, etc. Já Desenvolvimento Profissional está relacionado com a aquisição ou aprimoramento de competências em atividades relacionadas ao trabalho e à carreira. Ainda que ambos estejam diretamente relacionados, o comportamento não apresenta tais características (CHIAVENATO, 2014). As Relações Interpessoais correspondem ao processo de conhecer, interagir, se comunicar e ter controle sobre suas emoções na relação entre duas ou mais pessoas, considerando a forma como pensam e agem diante de qualquer contexto, sabendo que além de si existem mais pessoas que precisam de respeito, segurança, que se evitem conflitos etc. (SUCESSO, 2007). A Comunicação assertiva é a capacidade de se expressar de forma clara, objetiva, honesta e respeitosa, envolvendo a afirmação dos direitos pessoais, consideração pela opinião dos outros e utilizando a forma que transmita melhor as informações (PASSADOR, 2014).

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fonte:

- CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4 ed. Rio de Janeiro: Manole, 2014.
- FA, R. **Postura profissional**: comportamento pode pesar mais que desempenho. São Paulo: Qualitymark, 2006.
- SUCESSO, E. P. B. **Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Qualitymark, 2007.
- PASSADORI, R. **A comunicação assertiva**. São Paulo: Parceiros RH. 2014
- ZARIFIAN, P. **Objetivo competência**. Por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2012.

BRANCA	VERDE
29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Opinião pública refere-se às formas de expressão da sociedade acerca de temáticas relacionadas ao setor público, tais como questões políticas, econômicas, sociais, culturais e de atendimento ao público, uma vez que são clientes da administração pública.

Já o atendimento ao público com qualidade é essencial, pois representa a imagem da organização. O atendimento envolve a racionalização do trabalho, o material e equipamentos utilizados, o conhecimento sobre o serviço desempenhado, os métodos de trabalho etc. A empatia, capacidade de se colocar no lugar do outro e a homeostasia, equilíbrio apresentado sob a forma de autocontrole, mantendo-se dentro de limites, são características essenciais no atendimento ao público (SILVA, 2021).

A questão em voga apresenta como Cenário 3: “A equipe é responsável por conduzir audiências públicas e receber *feedback* da comunidade sobre as políticas implementadas; um membro tem uma postura defensiva e não lida bem com críticas, o que prejudica a relação com a opinião pública, podendo comprometer a eficácia das políticas implementadas”.

A relação prejudicada com a opinião pública é com o servidor, quanto a seu atendimento, e como este reflete a imagem da organização, ela poderá comprometer as políticas (LA CASAS, 2021), pois as pessoas deixarão de opinar e participar.

A relação personalidade e relacionamento refere-se à relação interpessoal dos servidores, e não com a opinião pública e o quesito atendimento ao público.

Portanto a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fonte:

- LA CASAS, A. L. **Excelência em atendimento ao cliente**. São Paulo: M. Books, 2021.
- SILVA, A. C. M. **Gestão de pessoas no setor público**. São Paulo: Alteridade, 2021.

BRANCA	VERDE
36	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Arquivo Nacional (Brasil) Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal:

“Segundo a abordagem das “três idades”, os documentos passam por três fases distintas de arquivamento. São elas: a) Fase corrente ou primeira idade: na qual os documentos são frequentemente consultados e de uso exclusivo da fonte geradora, cumprindo ainda as finalidades que motivaram a sua criação; b) Fase intermediária ou segunda idade: na qual os documentos são de uso eventual pela administração que os produziu, devendo ser conservados em depósitos de armazenagem temporária, aguardando sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente; c) Fase permanente ou terceira idade: na qual os documentos já cumpriram as finalidades de sua criação, porém, devem ser preservados em virtude do seu valor probatório e informativo para o Estado e para o cidadão. .”

De acordo com a publicação, os documentos com maior potencial de uso ou são frequentemente utilizados são os documentos correntes.

Assim, na questão tanto o enunciado quanto a alternativa verdadeira estão devidamente corretos e encontram embasamento teórico no manual publicado pelo Arquivo Nacional.

Diante do exposto, **mantenha-se a validade da questão e do gabarito publicado**.

Fonte:

- Arquivo Nacional (Brasil) Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal [recurso eletrônico] / Arquivo Nacional – 2. ed., rev. e ampl. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 993 kb). – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. P. 19) https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/publicacoes-tecnicas-de-referencia/gestao_de_documentos.pdf

BRANCA	VERDE
38	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão afirmava que “O processo de reprodução de documentos em diferentes graus de redução por meios fotográficos ou eletrônicos refere-se à:” e a alternativa que satisfazia corretamente a afirmação era a letra D) microfilmagem. De acordo com (Cruz, 2013, P 93)

“A microfilmagem é o resultado do processo de reprodução de documentos em filme por meios fotográficos ou eletrônicos, em diferentes graus de redução. As microformas são consideradas especiais pelo suporte. No que se refere à linguagem própria, diferem dos demais, pois se trata de uma reprodução reduzida tanto de documentos textuais quanto de especiais[...].”

De acordo com a publicação, tanto a questão quanto a alternativa verdadeira encontram embasamento teórico.

Diante do exposto, **mantenha-se a validade da questão e do gabarito publicado.**

Fonte:

- Cruz, Emília Barroso Manual de gestão de documentos / Texto de Emília Barroso Cruz. - . ed. rev. e atual.- Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2013. 146 p.; 30 cm. – (Cadernos Técnicos do Arquivo Público Mineiro; n.3) (P.93) http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/acervo_gestao/Manual_Gestao.pdf

Cargo: Assistente Jurídico

BRANCA	VERDE
02	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão parte do seguinte trecho “O primeiro deles, impensável meio século atrás, é como perseguir a prosperidade quando a população cresce cada vez mais vagarosamente e caminha para o encolhimento no médio prazo, [...]” no intuito de definir a função de “impensável meio século atrás”. O fragmento não expressa ideia de causa, pois para isso deveria exprimir a causa ou o motivo de algum acontecimento e, geralmente, ocorre com o emprego de porque”; “pois”; “por isso que”; “uma vez que”; “já que”; “visto que”. Também não exprime a consequência de algum acontecimento, visto que não está introduzida por e não admite a substituição de nenhuma das seguintes expressões: “tal”; “tanto que”; “de maneira que”; “de forma que”; “de sorte que”; “de modo que”. Em relação à ideia de concessão, vale mencionar que “concessão” significa exceção à regra: “Embora chova, irei ao estádio” ou “Embora tenha feito todo planejamento, os acontecimentos saíram do seu controle”. É perceptível, portanto, a ideia de exceção, o que não pode ser notado no contexto trecho “O primeiro deles, impensável meio século atrás, é como perseguir a prosperidade quando a população cresce cada vez mais vagarosamente e caminha para o encolhimento no médio prazo, [...]”. Nesse fragmento, A expressão “meio século” se refere a um tempo que com o advérbio “atrás” marca tempo transcorrido. Portanto, a resposta correta é tempo, alternativa A.

Fontes:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática completa Sacconi**: teoria e prática. 31. ed. São Paulo: Nova Geração Gram. 2011. 592p

BRANCA	VERDE
05	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão parte da análise do trecho e sua relação com o subtítulo. No subtítulo há a introdução de um assunto que é mencionado no desenvolvimento do texto, ou seja, a menção da oportunidade citada. Assim, se trata de uma questão de compreensão do texto. Conforme exposto no texto, para embalar os ganhos na economia é necessário registrar os ganhos de produtividade, destravando freios ao crescimento e investindo em educação. A migração de brasileiros para outros países é uma das causas do baixo crescimento populacional. Quanto ao controle demográfico da população da Terra, houve uma época em que havia essa preocupação como se verifica na afirmação de Thomas Malthus ao dizer que a produção de alimentos não acompanharia o crescimento populacional. No final do texto, o autor expõe que o benefício que se pode ter com o baixo crescimento populacional é que haverá oportunidade para investir mais na educação e na saúde. Portanto, a alternativa correta é de investimento considerável na saúde e na educação, alternativa B.

Fonte:

- O próprio texto.
- AQUINO, Renato. **Interpretação de Textos**: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.

BRANCA	VERDE
06	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede a análise do uso do travessão no seguinte trecho: “Os números causaram espanto aos especialistas — projeções estimavam mais 10 milhões de pessoas além da atual contagem.”

Segundo os gramáticos Cunha e Cintra, emprega-se o travessão para indicar, nos diálogos, a mudança de interlocutor: — Ele não quer responder. — Mas por quê?. Assim, o uso não se trata, no contexto em análise, de diálogo. O trecho após o travessão não é formado por palavras de um mesmo campo semântico que é típico de uma enumeração. E o travessão pode ser substituído pelos dois-pontos no contexto de realçar uma conclusão, o que difere da alternativa C “Denotar uma pausa mais extensa na leitura”. No trecho em análise, o travessão foi usado para destacar a parte final do trecho “projeções estimavam mais de 10 milhões de pessoas além da atual contagem”, e poderia, nesse contexto, ser substituído por vírgula sem a alteração de sentido. Portanto, no destaque de alguma parte da frase, o travessão realça uma informação sobre um elemento da frase, principalmente quando aparece no fim da mesma. Assim, a alternativa correta é “Isolar um trecho com a finalidade de destacá-lo. Nesse caso, poderia ser substituído por vírgula.”, alternativa D.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE
20	18

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Analisadas as razões recursais, verificou-se a procedência do alegado. As atribuições do Agente Fiscal estão arroladas no artigo 12 da Resolução nº 2.058/2022. Seu trabalho é desempenhado com auxílio dos colaboradores que prestam apoio administrativo da Fiscalização, cujas atribuições estão arroladas no artigo 13 da referida resolução. Em que pese a atribuição de executar o registro da documentação e emitir ofícios, autos e notificações, dentre outros que se fizerem necessários ser tipicamente exercida pelo apoio administrativo, na ausência deste, a função será exercida pelo Agente Fiscal, conforme descrito no parágrafo único do artigo 13, da Resolução nº 2.058/2022.

Fonte:

- RESOLUÇÃO Nº 2.058/2022.

BRANCA	VERDE
30	32

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não se refere à questão 30 da prova do tipo branca e correspondente. O recurso está fundando em “aviso prévio”, enquanto a presente questão é relativa a foro de competência relativa a bem imóvel.

Logo, entende-se que o recurso é prejudicado por não estar relacionado com a questão indicada.

BRANCA	VERDE
31	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não existe qualquer problema semântico com a alternativa. A alternativa dita: “A intervenção de terceiros, conhecida como *amicus curiae*, pode ser deferida, por decisão irrecurável, de ofício ou a requerimento das partes, ou de quem pretenda se manifestar, por juiz ou relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda, ou a repercussão social da controvérsia.” A solicitação ou não, não interfere no conteúdo decisório que é irrecurável, conforme indicado no Art. 138 do CPC. A não utilização da palavra “solicitar”, não muda o contexto, o conteúdo ou a amplitude de verdade da alternativa. Não se justifica qualquer confusão, que pudesse induzir a erro nesta opção. Ilógico se entender como errada a questão pela impossibilidade de deferimento *ex officio* de *amicus curiae*. A decisão relativa à participação ou não pode ser feita sem provocação e, inclusive, não aceita a participação, a decisão permanece válida e irrecurável, vez que não é ordem e sim decisão permissiva à participação, o que pode ser não utilizada, também, por quem o requereu. Inexiste erro na afirmativa tal quanto não existe mérito na alegação de erro semântico. Recurso conhecido e indeferido.

Fonte:

- Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecurável, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

BRANCA	VERDE
36	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não merece prosperar pois o ato normativo que revoga um benefício fiscal anteriormente concedido configura aumento indireto do tributo e, portanto, está sujeito ao princípio da anterioridade tributária. A jurisprudência do STF concebe que não apenas a majoração direta de tributos atrai a eficácia da anterioridade nonagesimal, mas também a majoração indireta decorrente de revogação de benefícios fiscais. Assim, a alteração, quando acarretar indiretamente a majoração de tributos, deve respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal. Assim, aplica-se o princípio da anterioridade tributária, geral e nonagesimal, nas hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais, haja vista que tais situações configuram majoração indireta de tributos.

Fonte:

- STF. 1ª Turma. RE 1053254 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 26/10/2018. STF. 1ª Turma. RE 983821 AgR, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 03/04/2018. STF. 2ª Turma. RE 1091378 AgR, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 31/08/2018.

BRANCA	VERDE
39	38

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Assiste razão aos argumentos recursais, considerando que o contrato de trabalho foi de 05 anos, deveria ser acrescido 15 dias no aviso prévio. Assim, não há nas alternativas afirmativa que responda de forma correta ao problema proposto.

Cargo: Fiscal

BRANCA	VERDE
03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentação é um conjunto de afirmações, premissas ou suposições que defendem um ponto de vista e que tem por objetivo convencer o leitor sobre algo. Um texto argumentativo é aquele que apresenta uma tese, ou seja, uma opinião sobre algo, junto a um conjunto de fundamentos utilizados para embasar esse ponto de vista. Caso o texto não possua um ponto de vista ou um fundamento, ele não pode ser considerado argumentativo, já que esses dois pontos são cruciais para que um texto seja coerente em defesa ou crítica a qualquer tema. O texto “Eu sei, mas não devia” apresenta tais características.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se da velocidade do tempo em que vivemos, que nos obriga a avançar sem apreciar o que está ao nosso redor. Atualmente, vivemos acostumados com situações adversas e, em determinado momento, passamos a operar no automático. O texto de Marina Colasanti nos fala especialmente de um contexto estressado e apressado vivido num centro urbano. Vamos no dia a dia esbarrando com uma série de situações marcadas pelo conformismo e pela acomodação; nos afundamos em uma vida vazia.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
09	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A vírgula é um sinal de pontuação usado para indicar pequenas pausas durante a leitura, além da separação de termos no enunciado para evitar ambiguidade na interpretação. No trecho apresentado para análise, conclui-se que a vírgula foi usada para separar palavras ou termos coordenados em um enunciado, indicando que foi realizada uma enumeração de itens; ou seja, separar constituintes sintáticos idênticos.

Fonte:

- FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. Escrever na Universidade: Texto e Discurso. Unidade 8: Garantindo a Coesão. São Paulo: Editora Parábola, 2019. 216p.

BRANCA	VERDE
10	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O vocativo (expressão de chamamento) a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) é Excelentíssimo Senhor, seguido do respectivo cargo. Para as demais autoridades, utiliza-se o vocativo Senhor, seguido do respectivo cargo.

Fonte:

- Manual de Redação da Presidência da República.

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um modo que pode ser adotado para resolver a Questão está descrito a seguir.

Passo 1: Lembrar da condição para que um argumento seja *válido*. Um argumento é válido se, e somente se, for uma implicação tautológica, em que o antecedente é a conjunção ($\wedge$) das premissas ($P_1 \wedge P_2 \wedge P_3 \wedge \dots P_{n-1}$) e o consequente (C), a conclusão. Em outras palavras, um argumento é *válido* quando for impossível todas as premissas serem verdadeiras e a conclusão ser falsa.

Passo 2: Representar cada argumento em sua forma simbólica, ou seja, em sua forma lógica:

$$P_1 \wedge P_2 \wedge P_3 \wedge \dots P_{n-1} \rightarrow C$$

$\Rightarrow$ Começando com o argumento I:

I - "Se o material é cobre, então ele conduzirá eletricidade. Este material conduz eletricidade. Portanto, este material é cobre."

Proposição p : O material é cobre.

Proposição q : (O material) ele conduzirá eletricidade.

Premissa P_1 : Se o material é cobre, **então** ele conduzirá eletricidade.

$$P_1: p \rightarrow q$$

Premissa P_2 : O material conduz eletricidade. $P_2: q$

Conclusão C: Este material é cobre. C: p

Forma lógica:

$$P_1 \wedge P_2 \rightarrow C$$

$$(p \rightarrow q) \wedge q \rightarrow p$$

Passo 3: Construir a tabela-verdade para verificar se o argumento I é *válido* ou *inválido*.

Para tanto, utilizando a fórmula lógica $F(p,q) = (p \rightarrow q) \wedge q \rightarrow p$. Observa-se que o número de possibilidades é 2^n , onde n é o número de proposições. Para este caso, $n = 2$. Então, tem-se 4 possibilidades ou 4 linhas na tabela.

Possibilidades	p	q	$p \rightarrow q$	$(p \rightarrow q) \wedge q$	$(p \rightarrow q) \wedge q \rightarrow p$
1	V	V	V	V	V
2	V	F	F	F	V
3	F	V	V	V	F
4	F	F	V	F	V

Passo 4: Observar a última coluna da tabela-verdade e concluir.

A última coluna da tabela-verdade é uma implicação não tautológica, ou seja, todas as conclusões não são verdadeiras. Portanto, para a Lógica Matemática, o **argumento I é um argumento inválido**.

⇒ Análise do argumento II:
(Repetir o raciocínio usado para a análise do argumento I)
Passo 1: Ler as condições para que um argumento seja válido ou inválido.

Passo 2: Representar cada argumento em sua forma simbólica, ou seja, em sua forma lógica.
 $P_1 \wedge P_2 \wedge P_3 \wedge \dots P_{n-1} \rightarrow C$

Argumento II:
II - “Ou a professora não notou o erro, ou aceitou-o. A professora notou o erro. Portanto, deve tê-lo aceitado.”

Proposição p : A professora notou o erro.
Proposição q : (A professora) aceitou-o (o erro).
Premissa P_1 : Ou a professora não notou o erro, ou aceitou-o. $P_1: \sim p \vee q$
Premissa P_2 : A professora notou o erro. $P_2: p$
Conclusão C: (A professora) deve tê-lo aceitado. C: q
Forma lógica:
 $P_1 \wedge P_2 \rightarrow C$
 $\sim p \vee q \wedge p \rightarrow q$

Passo 3: Construir a tabela-verdade para verificar se o argumento II é *válido* ou *inválido*.
Para tanto, utilizando a fórmula lógica $F(p, q) = \sim p \vee q \wedge p \rightarrow q$.
Observa-se que o número de possibilidades é 2^n , onde n é o número de proposições. Para este caso $n = 2$. Então, teremos 4 possibilidades ou 4 linhas na tabela.

Possibilidades	p	q	$\sim p$	$\sim p \vee q$	$\sim p \vee q \wedge p$	$\sim p \vee q \wedge p \rightarrow q$
1	V	V	F	V	V	V
2	V	F	F	F	F	V
3	F	V	V	V	F	V
4	F	F	V	V	F	V

Passo 4: Observar a última coluna da tabela-verdade e concluir.
A última coluna da tabela-verdade é uma implicação tautológica, ou seja, todas as conclusões são verdadeiras. Portanto, para a Lógica Matemática, o **argumento II é um argumento válido**.
O gabarito está correto: Alternativa D.

Fonte:
• CUNHA, F. G. M. **Lógica e conjuntos: licenciatura em matemática**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2008. 109p.

BRANCA	VERDE
16	19

Recurso Procedente. Questão Anulada.
Assiste razão ao recurso interposto, a questão em comento merece ser anulada por falta de gabarito que atenda ao comando do item.
I CORRETO. Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

II CORRETO. Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

III CORRETO. Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

IV CORRETO. Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Portanto todas as assertivas estão corretas.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRANCA	VERDE
18	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão ao recurso interposto pois a questão foi confeccionada nos moldes do TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e em respeito ao edital normatizador do certame no que tange ao Conteúdo Programático: NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO: 1. Constituição Federal de 1988: 1.1. Dos Princípios Fundamentais.

BRANCA	VERDE
28	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em voga solicita a análise das seguintes afirmativas sobre políticas de cobrança:

I - As políticas de cobrança devem ser conhecidas pelos clientes no momento da negociação, desde os mecanismos de cobrança do débito até os procedimentos nos casos de atrasos e inadimplência, para evitar reclamações futuras –

AFIRMATIVA CORRETA

II - As políticas de cobrança devem definir ações sequenciais para casos de atrasos ou não pagamentos, como por exemplo: telefonema no terceiro dia, *e-mail* no quinto dia; *e-mail* com texto mais duro no décimo dia; envio para protesto no décimo quinto dia, etc. – **AFIRMATIVA CORRETA**

III - As políticas de cobrança podem definir taxas de desconto por pagamento antecipado ou no vencimento da obrigação como mecanismo para incentivar o pagamento pontual, bem como taxas adicionais de juros e multas por atraso quando permitidas pela legislação – **AFIRMATIVA CORRETA**

IV - A política de cobrança deve ter como etapa a análise dos custos de cobrança em termos de custo-benefício e mesmo que o benefício seja menor que o custo e o valor da dívida irrisório, a ação de cobrança deve ser conduzida até o final – **AFIRMATIVA INCORRETA – sendo o custo maior do que o benefício e irrisório a ação de cobrança não deve ser conduzida até o final.**

Dessa forma, o gabarito correto é a letra D) I, II e III, apenas.

Portanto a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fonte:

- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas financeiras**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em voga apresenta a estrutura formal de itens para avaliações em larga escala:

ENUNCIADO – “Relatório é uma descrição de fatos passados, analisados com o objetivo de orientar o serviço interessado ou o supervisor imediato para determinação da ação (SANTOS, 2002)”.

COMANDO – “O fiscal de determinado conselho profissional realizou diligências e, ao retornar, conforme previsto nas normas da instituição, elaborou o relatório de viagens, a fim de prestar contas e apresentar algumas informações; assinale-as”.

ALTERNATIVAS

A) Experiência e registro técnico como resultado da visita; local; período de duração; e, observações feitas.

B) Motivo da viagem; descrição sucinta das atividades realizadas; data; destino; período de duração; e, finalidades.

C) Experiências adquiridas durante o estágio; registro das atividades desenvolvidas; local; e, o período de duração.

D) Resultados obtidos na investigação de pesquisa; desenvolvimento; objetivos; problema; justificativa; metodologia; e, conclusão.

GABARITO - Letra B) – única alternativa correta.

Portanto a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fonte:

- SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- SITE.**Relatório**.https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Relatorio_LC_Santos_09062008-151740.pdf

BRANCA	VERDE
31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem prosperar. Isso porque, o enunciado da questão bem informa que os Tribunais de Contas são importantes auxiliares no mecanismo de controle, com competência para fiscalizar qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que utilize dinheiro público, incluindo Ministério Público e Defensorias, Poder Legislativo e Poder Judiciário. O controle exercido pelo Tribunal de Contas, vinculado ao órgão controlador, é o controle legislativo. Segundo melhor doutrina, existem, ainda, o controle judicial, promovido por meio das ações constitucionais perante o Poder Judiciário e o controle administrativo, que é o controle interno no âmbito da própria administração.

Fonte:

- Manual de Direito Administrativo / Alexandre Mazza. - 12. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2022.

BRANCA	VERDE
32	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem prosperar. Para que o ato seja válido, inicialmente é preciso verificar se foi praticado pelo agente competente segundo a legislação para a prática da conduta. Assim, a competência administrativa é o poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho de suas funções. Objeto é o conteúdo do ato, a ordem por ele determinada, ou o resultado prático pretendido ao se expedir-lo. Todo ato administrativo tem por objeto a criação, modificação ou comprovação de situações jurídicas concernentes às pessoas, coisas ou atividades sujeitas à ação da Administração Pública. O objeto é requisito discricionário. O motivo é a situação de fato ou de direito que autoriza a prática do ato. Constitui requisito, em regra, discricionário porque pode abrigar margem de liberdade outorgada por lei ao agente público.

Fonte:

- Manual de Direito Administrativo / Alexandre Mazza. - 12. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2022.

BRANCA	VERDE
33	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão trouxe a definição de autarquia e solicitou a indicação da alternativa que não se enquadra como uma organização autárquica. O gabarito trouxe corretamente o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO como organização não autárquica. Isso porque, o SERPRO é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda.

Fonte:

- Manual de Direito Administrativo / Alexandre Mazza. - 12. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2022.
- <http://intra.serpro.gov.br/sobre/lei-de-acesso-a-informacao-1/institucional/competencias#:~:text=O%20Servi%C3%A7o%20Federal%20de%20Processamento,vinculada%20ao%20Minist%C3%A9rio%20da%20Fazenda.>

BRANCA	VERDE
34	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, as pessoas jurídicas da Administração Indireta são especializadas em um setor de atuação, diferentemente das entidades federativas, que são multicompetenciais. A criação dos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, por exemplo, decorreu da descentralização das atividades do Estado, ou seja, surgiu da necessidade da União criar pessoas jurídicas para atuar em determinados ramos específicos, tais como a fiscalização das profissões regulamentadas.

Fonte:

- Manual de Direito Administrativo / Alexandre Mazza. - 12. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2022.

BRANCA	VERDE
35	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem prosperar. Isso porque, o atributo da autoexecutoriedade, além de punir, desfaz concretamente a situação ilegal, como visto na dispersão de passeata imoral, fechamento de açougue pela vigilância sanitária e interdição de estabelecimento comercial irregular, constituindo mecanismo de coerção direta. Já na situação de aplicação de multa de trânsito a veículo parado em local proibido, esta não desconstitui materialmente a irregularidade, pois o carro continua parado no local proibido, representando uma coerção indireta. Destarte, o gabarito não merece qualquer retoque.

Fonte:

- Manual de Direito Administrativo / Alexandre Mazza. - 12. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2022.

BRANCA	VERDE
36	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que o comando da questão não especificou sobre qual das duas legislações (Lei nº 4.886/65 ou o Código Civil) abordavam as alternativas. Todavia, a questão, cujo gabarito diz respeito à normativa expressa no parágrafo 3º do art. 27 da Lei nº 4.886/65, apresentou em suas alternativas normas constantes de ambas as legislações em referência, devendo, desse modo, ser mantido o gabarito.

Fonte:

- Lei nº 4.886/65 e Código Civil de 2002.

BRANCA	VERDE
38	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso aduz que a questão apresenta dois gabaritos, sustentando que o ato de desrespeitar qualquer membro ou funcionário do Conselho Federal ou Regional no exercício de suas funções é falta grave. Contudo, o art. 8º, parágrafo 1º, do Código de Ética dos Representantes Comerciais enquadra o referido ato como infração leve, nestes termos: “§ 1º São consideradas leves as faltas que, não sendo por lei consideradas crime, atentam contra os sentimentos de lealdade e solidariedade naturais da classe, contra os deveres éticos e contra as normas de fiscalização da profissão, previstas na lei e nas instruções e resoluções dos Conselhos, entre os quais: [...] c) desrespeitar qualquer membro ou funcionário do Conselho Federal ou Regional no exercício de suas funções”, de modo que deve ser julgado improcedente o presente recurso, sendo mantido o gabarito.

Fonte:

- Código de Ética dos Representantes Comerciais.

BRANCA	VERDE
40	37

Recurso procedente. Questão Anulada.

A questão apresenta como afirmativa correta norma constante do art. 717 do Código Civil, cujo conteúdo não foi previsto em edital, que delimitou apenas os artigos 710 e 721 da mesma lei como conteúdo programático a ser exigido do candidato, a excluir, por consequência, os artigos 711 a 720, de modo que deve ser anulada a questão.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

20 de setembro de 2023
INSTITUTO CONSULPLAN